

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 97/2008

(com as alterações previstas no Acórdão lavrado no Processo RADM nº 03/2009, submetido a julgamento na Sessão Administrativa Extraordinária de 05.05.2009, RA 63/2009, RA 15/2010, RA 100/2011 e RA 48/2012)

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, na 13ª Sessão Administrativa Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2008, sob a Presidência do Exmo. Desembargador **AMAURY RODRIGUES PINTO JUNIOR**, com a presença dos Exmos. Desembargadores **RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA (Vice-Presidente)**, **ABDALLA JALLAD**, **ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA**, **JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA**, **NICANOR DE ARAÚJO LIMA** e **MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA**, ausente, em razão de férias, o Exmo. Desembargador **FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA FILHO**, presente ainda a Exma. Representante do Ministério Público do Trabalho da 24ª Região, Procuradora-Chefe **SIMONE BEATRIZ ASSIS DE REZENDE**,

DECIDIU:

Art. 1º Regulamentar, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, o Programa de Estágio destinado a estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação de nível superior, de educação profissional e de ensino médio, na forma prevista na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. *(redação prevista no Acórdão lavrado no Processo RADM nº 03/2009, submetido a julgamento na Sessão Administrativa Extraordinária de 05.05.2009)*

Art. 2º. Entende-se como Programa de Estágio a situação transitória de preparação do estudante, mediante a vivência dos ensinamentos teóricos através da participação em situações reais de vida e de trabalho, proporcionando complementação de ensino e aprendizagem, sob supervisão qualificada.

§ 1º O estágio, no âmbito deste Tribunal, poderá ser firmado por meio de convênio, diretamente entre o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e as instituições de ensino, ou através de contrato de prestação de serviço com agentes de integração empresa-escola, que intermediarão estudantes regularmente matriculados e que efetivamente frequentem cursos de nível superior, de educação profissional e de ensino médio. *(redação alterada pela Resolução Administrativa n. 100/2011)*

§ 2º O estagiário desenvolverá suas atividades na sede do Tribunal, nas Varas do Trabalho da Capital e do interior, em setores cujas atribuições proporcionem experiência prática na respectiva área de formação.

§ 3º O estagiário obrigará-se, mediante Termo de Compromisso, a cumprir as condições fixadas para o estágio, especialmente aquelas que resguardem o sigilo e as informações a que tem acesso, em decorrência do estágio.

Art. 3º Os estagiários em nível superior serão aceitos, desde que frequentem, no mínimo, o segundo ano dos cursos regulares de educação superior, e os de educação profissional e de nível médio, desde que vinculados às redes de ensino reconhecidas pelo MEC. *(redação alterada pela Resolução Administrativa n. 100/2011)*

Parágrafo único. A duração do estágio dar-se-á pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses ou 01 (um) semestre, e pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses ou 02 (dois) anos, improrrogáveis, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, conforme a ressalva do art. 11 da Lei n. 11.788/2008.

Art. 4º. Serão aceitos estudantes cujos cursos estiverem relacionados diretamente com as atividades meio e fim das unidades onde for oferecida a oportunidade de estágio, obedecendo à ordem de seleção dos estudantes, cabendo ao Serviço de Recursos Humanos:

I - recrutar os candidatos para o estágio e encaminhá-los às Unidades do Tribunal;

II - controlar os períodos de duração e renovação do estágio, expedindo os Termos de Compromissos correspondentes e dando os encaminhamentos necessários;

III - encaminhar para o responsável de cada Unidade onde tenha estagiário, semestralmente, suas fichas de avaliações de desempenho;

IV - receber as folhas de frequência até o último dia útil de cada mês;

V - confeccionar a folha de pagamento dos estagiários;

VI - expedir certificado de realização de estágio;

VII - contatar a instituição agente de integração empresa-escola contratada para solicitar encaminhamento de candidato aprovado, à medida que forem surgindo as vagas.

Parágrafo único. No caso de contratação de prestação de serviço de agentes de integração empresa-

escola, as atribuições enumeradas nos incisos I a VI deste artigo serão realizadas pela contratada.

Art. 5º. Quando contratado o agente de integração empresa-escola, caberá ainda ao Serviço de Recursos Humanos:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato; e

II - solicitar da contratada documentos, comprovantes e relatórios pertinentes, especialmente os relacionados aos pagamentos efetuados aos estagiários.

Art. 6º. O acompanhamento das atividades, no âmbito da unidade que receber o estagiário, será feito pelo supervisor do estágio, a quem caberá:

I - orientar o estagiário sobre os aspectos de conduta funcional e normas do Tribunal; e

II - acompanhar profissionalmente o estagiário, observando a existência de correlação entre as atividades desenvolvidas e as exigidas pela instituição de ensino, de acordo com a área e o grau de escolaridade, e controlar a frequência mensal.

Art. 7º O número máximo de estagiários em relação ao número de servidores efetivos do Tribunal não poderá ser superior a 30%. *(artigo alterado pela Resolução Administrativa n. 48/2012)*

§ 1º Respeitados os limites acima, o número de estagiários de ensino superior não excederá a 30% dos servidores efetivos deste Tribunal, e, em se tratando de ensino médio, não excederá a 5%. *(parágrafo alterado pela Resolução Administrativa n. 48/2012)*

§ 2º Caso o quantitativo referente aos estagiários de nível superior resulte em número decimal, deverá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior. *(parágrafo alterado pela Resolução Administrativa n. 48/2012)*

§ 3º Caso o quantitativo referente aos estagiários de nível médio resulte em número decimal, deverá ser arredondado para o número inteiro imediatamente inferior. *(parágrafo acrescentado pela Resolução Administrativa n. 48/2012)*

§ 4º Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas para estágio. *(parágrafo acrescentado pela Resolução Administrativa n. 48/2012)*

§ 5º As regras estabelecidas nos §§ 1º, 2º e 3º não se aplicam ao estágio não remunerado. *(parágrafo acrescentado pela Resolução Administrativa n. 48/2012)*

Art. 8º. A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-

se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre o estudante, o Tribunal, o agente de integração, quando houver, e a instituição de ensino, e constituirá em comprovante exigível da inexistência de vínculo empregatício.

Parágrafo único. No Termo de Compromisso constará, pelo menos:

I - a identificação do estagiário, do curso e o seu nível;

II - a qualificação e a assinatura dos subscreventes;

III - as condições do estágio;

IV - a indicação expressa de que o Termo de Compromisso decorre de contrato ou convênio;

V - a menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;

VI - o valor da bolsa mensal;

VII - a carga horária semanal, de vinte ou trinta horas, compatível com o horário escolar;

VIII - a duração mínima e máxima do estágio;
e

IX - as condições de desligamento do estagiário.

Art. 9º. A jornada diária do estágio será de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, ou 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, de acordo com a disponibilidade do estagiário, no ato da assinatura do Termo de Compromisso.

§ 1º A jornada referida no caput poderá ser reduzida à metade nos dias de avaliação de aprendizagem periódica ou final, para garantir o bom desempenho do estudante. *(parágrafo acrescentado pela Resolução Administrativa n. 63/2009)*

§ 2º Para pleitear a redução da jornada mencionada no parágrafo anterior, o estagiário deverá formular requerimento contendo a ciência do chefe da unidade em que está lotado, dirigido ao Serviço de Recursos Humanos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, juntando a respectiva declaração da instituição de ensino e o calendário de suas avaliações. *(parágrafo acrescentado pela Resolução Administrativa n. 63/2009)*

§ 3º A diminuição da jornada de trabalho prevista no § 1º implicará a redução do pagamento da bolsa percebida pelo estagiário, nos termos do art. 10, bem como constará do certificado de estágio, segundo disposto no parágrafo único do art. 19. *(parágrafo acrescentado pela Resolução Administrativa n. 63/2009)*

Art. 10. Será considerado, para efeito de pagamento da bolsa, o total de horas efetivamente estagiadas no mês, observado o disposto no artigo anterior e parágrafo 1º do artigo 14.

Art. 11. A apuração da frequência do estagiário e o pagamento dela decorrente serão realizados mensalmente até o décimo dia útil do mês subsequente.

Art. 12. A despesa decorrente da concessão da bolsa de estágio só poderá ser efetuada se houver e quando houver própria e suficiente dotação orçamentária.

Art. 13. O desligamento do estagiário ocorrerá:

I - automaticamente ao término do estágio;

II - a qualquer tempo no interesse da Administração e da Instituição de Ensino; *(redação alterada pela Resolução Administrativa nº 15/2010)*

III - após decorrida a metade do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho neste Tribunal ou pela instituição de ensino;

IV - a pedido do estagiário;

V - pelo descumprimento de quaisquer dos compromissos assumidos quando da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio;

VI - pela ausência, sem motivo justificado, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos ou não, no período de 01 (um) mês, ou por 30 (trinta) dias consecutivos ou não, durante o período de estágio especificado no Termo de Compromisso;

VII - pela interrupção do curso em que estiver matriculado o estagiário, seja qual for o motivo; e

VIII - pela conclusão do curso.

Parágrafo único. O controle dos casos previstos nos incisos V e VI será de responsabilidade do supervisor ao qual o estagiário estiver subordinado, devendo o mesmo comunicar os fatos pertinentes ao Serviço de Recursos Humanos.

Art. 14. Será considerada, para efeito de cálculo de bolsa-estágio, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se as faltas não compensadas, nos dias úteis, qualquer que seja o motivo.

§ 1º O dia em que o estagiário faltar será descontado na proporção de 1/28, 1/29, 1/30 ou 1/31 avos, conforme o número de dias do mês.

§ 2º Se o estagiário faltar no dia anterior e no dia posterior a um feriado ou final de semana será

dele também descontado o valor correspondente aos dias não úteis.

§ 3º O estagiário deixará de receber a bolsa estágio correspondente aos dias do recesso forense, de 20/12 a 6/01 do ano seguinte, salvo se convocado por interesse da Administração ou se estiver usufruindo o recesso ao qual se refere o art. 13 da Lei n. 11.788/2008.

§ 4º Em caso de ausência por motivo de saúde, é facultado ao estagiário apresentar atestado médico, que servirá apenas como justificativa da falta, a fim de evitar seu desligamento por abandono, referido no inciso VI do artigo 13 desta Resolução.

§ 5º O servidor estudante poderá participar do programa de estágio sem a percepção da bolsa, desde que autorizado pela Administração do Tribunal.

Art. 15. As fichas de controle de frequência, acompanhadas das eventuais justificativas de ausência, bem como o acompanhamento diário de atividades do estagiário, deverão ser encaminhadas pelo supervisor ao Serviço de Recursos Humanos ou ao agente de integração, até o último dia útil de cada mês.

Parágrafo único. As frequências recebidas fora do prazo estipulado no *caput* deste artigo serão computadas para efeito de pagamento somente no mês subsequente.

Art. 16. Nos períodos de férias escolares, a jornada do estágio será determinada de comum acordo entre estudante e o responsável pela unidade onde se realizar o estágio, respeitado o limite de 04 (quatro) ou de 06 (seis) horas diárias.

§ 1º Sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, é assegurado ao estudante um período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser usufruído, preferencialmente, durante as suas férias escolares.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 01 (um) ano.

Art. 17. Os estagiários receberão auxílio-transporte em pecúnia, proporcionalmente aos dias trabalhados, no valor estabelecido mediante portaria. *(redação prevista no Acórdão lavrado no Processo RADM nº 03/2009, submetido a julgamento na Sessão Administrativa Extraordinária de 05.05.2009)*

§ 1º O pagamento do auxílio-transporte e da bolsa-estágio será efetuado conjuntamente.

§ 2º É vedado o desconto de qualquer valor para que o estagiário receba o auxílio-transporte.

§ 3º O recebimento do auxílio-financeiro, do auxílio-transporte e de qualquer outro benefício a ser concedido ao estudante não caracterizará vínculo empregatício. *(redação prevista no Acórdão lavrado no Processo RADM nº 03/2009, submetido a julgamento na Sessão Administrativa Extraordinária de 05.05.2009)*

§ 4º Aos estagiários não serão concedidos auxílio-alimentação e assistência à saúde, bem como quaisquer benefícios que venham a ser instituídos para os servidores do Tribunal.

Art. 18. A avaliação de desempenho será realizada, semestralmente, pela unidade onde o estagiário se encontra lotado, e encaminhada ao Serviço de Recursos Humanos ou ao agente de integração.

Parágrafo único. Para o estagiário que tenha obtido no mínimo 60% (sessenta por cento) do total de pontos na avaliação final do estágio será emitido Certificado de Estágio; nos demais casos, o estagiário receberá apenas a Declaração de Estágio pelo TRT ou pelo agente de integração.

Art. 19. Uma vez atendidas todas as condições específicas de realização e avaliação de desempenho do estágio, o Tribunal ou agente de integração encaminhará à instituição de ensino o certificado de estágio juntamente com as avaliações de desempenho do estagiário.

Parágrafo único. Dos certificados constarão o período e o total de horas efetivamente estagiadas.

Art. 20. O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, diretamente ou por meio de atuação conjunta com a instituição de ensino conveniada ou com o agente de integração, providenciará seguro de acidentes pessoais em favor do estudante.

§ 1º Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

§ 2º É facultado ao estagiário inscrever-se e contribuir como segurado facultativo no Regime Geral de Previdência Social.

Art. 20-A. Os estágios em andamento serão ajustados, gradativamente, às disposições desta Resolução. *(redação prevista no Acórdão lavrado no Processo RADM nº 03/2009, submetido a julgamento na Sessão Administrativa Extraordinária de 05.05.2009)*

§ 1º A contagem do período aquisitivo para fins de fruição de recesso remunerado inicia-se em 26 de setembro de 2008, data de início da vigência da Lei nº 11.788/2008. *(parágrafo acrescentado nos termos do Acórdão*

lavrado no Processo RADM nº 03/2009, submetido a julgamento na Sessão Administrativa Extraordinária de 05.05.2009)

§ 2º O pagamento do auxílio-transporte é devido desde 26.09.2008. *(parágrafo acrescentado nos termos do Acórdão lavrado no Processo RADM nº 03/2009, submetido a julgamento na Sessão Administrativa Extraordinária de 05.05.2009)*

Art. 21. O Serviço de Recursos Humanos ficará responsável pela execução do referido programa.

Art. 22. Os casos omissos serão solucionados pela Presidência.

Art. 23. Esta resolução administrativa substitui a Portaria TRT/GP/DGCA N. 139/2008.

RICARDO GERALDO MONTEIRO ZANDONA
Desembargador Vice-Presidente
no exercício da Presidência